




Secretaria

PROJETO DE LEI N° 030 DE 28 DE MAIO DE 2025.

“Revoga a Lei Municipal n° 3.027, de 26 de janeiro de 2016, que autorizou a doação de terreno com encargo a empresa Maxdescarte Indústria e Comercio de Descartáveis Hospitalares odontológicos LTDA - EPP, e dá outras providências.”

A **Câmara Municipal de Inhumas**, Estado de Goiás, aprova e eu, **Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

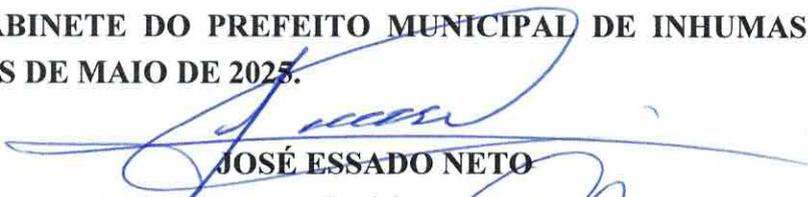
Art. 1º - Fica revogada a Lei Municipal n° 3.027, de 26 de janeiro de 2016, que autorizou a doação de terreno com encargo, matriculado sob o n° 13.034, do Tabelionato 1º de Notas e Registro Geral de Imóveis de Inhumas, à empresa Maxdescarte Indústria e Comercio de Descartáveis Hospitalares odontológicos LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 06.107.711/0001-46.

Art. 2º - O imóvel referido no Art. 1º, com todas as benfeitorias e instalações nele existentes, reverterem de pleno direito ao Município de Inhumas, sem ônus ou indenização, em razão do descumprimento do prazo estabelecido no Art. 2º da Lei revogada.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal adotará as medidas necessárias para assegurar a reintegração de posse do imóvel e seu registro em nome do Município, junto ao competente Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INHUMAS, AOS 28 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2025.


JOSÉ ESSADO NETO

Prefeito


ITAMAR JÚNIOR FLÔRES DE PAULA

Secretário de Gestão




Secretária

JUSTIFICATIVA

DD Presidente da Câmara de Vereadores de Inhumas

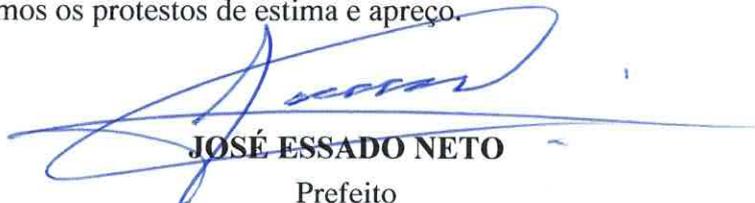
Sr. Hugo Pessoni

Senhores Vereadores

A par de cumprimentá-los venho através do presente para encaminhar a V. Exa., a proposição em anexo, que visa revogar a Lei n° 3.027/2016 em razão do descumprimento, pela beneficiária, do prazo de 03 (três) anos para a edificação das obras físicas no imóvel concedido, conforme estabelecido no Art. 2° da referida Lei.

Constatado que, após 09 (nove) anos da concessão, não houve a conclusão das obras nem o devido registro das benfeitorias, impõe-se a reversão do bem ao patrimônio municipal, em conformidade com o disposto na legislação vigente e no interesse público

Esperando deliberação favorável à matéria a ora apresentada, agradecemos a atenção e renovamos os protestos de estima e apreço.


JOSÉ ESSADO NETO
Prefeito